



REFORMA TRIBUTÁRIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/REFORMA-TRIBUTARIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/reforma-tributaria))

## Reforma tributária dos estados reduz participação federal na arrecadação

Objetivo da proposta é substituir texto que tramita na Câmara e trata de bens e serviços

12.set.2019 às 12h57

Atualizado: 12.set.2019 às 18h23

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/13/>)

### Eduardo Cucolo

**SÃO PAULO** A proposta de reforma tributária

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/veja-as-principais-propostas-da-reforma-tributaria.shtml>)

apresentada pelos secretários de Fazenda estaduais nesta quarta-feira (11) na Câmara dos Deputados aumenta a participação de estados e municípios na arrecadação nacional de tributos.

De acordo com o texto do projeto, a parcela que fica com os municípios subirá de 19% para 21%. Para os estados, de 27% para 30%.

Com isso, o governo federal ficará com menos da metade da receita tributária (49%, ante 55% atualmente).

A redução na arrecadação da União se dará porque parte dos seus recursos serão utilizados para financiar um novo fundo de desenvolvimento regional, que irá compensar a perda de alguns entes com o fim da guerra fiscal previsto na reforma.

“Pretende-se promover a desconcentração da participação da União no total da arrecadação do país, de forma a proporcionar maior parcela das receitas aos entes subnacionais, materializando, assim, a expectativa de efetiva implementação das premissas do federalismo cooperativo no Brasil”, diz o texto.

A proposta conta com o apoio dos 27 secretários estaduais

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/divergencias-ameacam-unificacao-de-tributos.shtml>). Até o momento, 23 governadores assinaram o texto. A expectativa é ter o aval de todos até a próxima reunião do Fórum dos Governadores.

O projeto dos estados tem como base a PEC 45, apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e pelo CCiF (Centro de Cidadania Fiscal)

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/reforma-tributaria-na-camara-ja-tem-114-emendas-4-ressuscitam-cpmf.shtml>) e que está em análise em uma comissão especial da Câmara.

A ideia é que a versão dos secretários seja apresentada por meio de emenda parlamentar para substituir o texto atual da PEC 45.

Tanto a proposta da Câmara como a dos governos estaduais tratam apenas da unificação de tributos sobre bens e serviços, com a substituição dos federais PIS, Cofins e IPI, do estadual ICMS e do municipal ISS pelo IBS (Imposto sobre Bens, Serviços e Direitos). Na versão da Câmara, o IBS não inclui a palavra “direitos”, embora esteja prevista a tributação deles.

“A proposta, em linhas gerais, consiste na adoção de um IBS, de estrutura semelhante ao preconizado na literatura e na experiência tributária internacionais, com base ampla, princípio de destino, crédito financeiro e desoneração de investimentos e exportações”, diz o texto.

Outra diferença em relação ao projeto da Câmara é a administração da arrecadação por estados e municípios, sem a participação do governo federal, que apenas receberia sua parte no bolo.

Além disso, os secretários querem manter o tratamento tributário favorecido à Zona Franca de Manaus.

Entre os princípios das duas propostas estão a simplificação do sistema, a manutenção da carga tributária total, a cobrança no destino e o fim da guerra fiscal.

Os secretários também concordaram em acabar com a desoneração da cesta básica, com a substituição do benefício pelo sistema de devolução parcial do tributo para os consumidores de baixa renda.

O IBS terá a mesma alíquota para todos os bens, serviços e direitos. Mas o imposto pode variar de acordo com o estado e municípios, dentro de um limite pré-determinado.

Além do IBS, as duas propostas preveem um imposto seletivo, na proposta estadual, para desestimular o consumo de cigarros, bebidas alcoólicas, armas e munições. Esse tributo terá 50% da arrecadação destinada ao fundo de compensação de perdas, que será chamado de Fundo de Desenvolvimento Regional.

Haverá ainda um Fundo de Compensação da Desoneração das Exportações de Produtos Primários e Semielaborado, para que esses governos não dependam mais dos repasses federais da Lei Kandir.

As duas propostas preveem uma transição de dez anos para substituição dos tributos. O período de compensação entre os entes que perdem com as mudanças, no entanto, é de 50 anos no texto da Câmara e de 20 anos no dos estados.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já manifestou oposição à proposta da Câmara e dos secretários. Ele defende um IBS apenas com tributos federais. Posteriormente, governadores poderiam abrir mão do ICMS e incluí-lo no tributo federal, mas com as regras definidas pelo governo federal.

## **sua assinatura pode valer ainda mais**

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#)



REFORMA TRIBUTÁRIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/REFORMA-TRIBUTARIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/reforma-tributaria))

## Sem CPMF, Guedes quer fim de privilégios nos impostos

Governo vai adotar em reforma tributária discurso usado na Previdência

13.set.2019 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/13/>)

**Fábio Pupo**

**Bernardo Caram**

**BRASÍLIA** Com o veto do presidente Jair Bolsonaro à CPMF

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/veja-as-frases-de-bolsonaro-sobre-a-possivel-volta-da-cpmf.shtml>), O

ministro Paulo Guedes (Economia) orientou sua equipe a estudar uma reforma tributária que corte privilégios.

O discurso, estratégico, já foi testado pelo governo na reforma da Previdência, (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia/>) que avançou e está em fase final de tramitação no Congresso.

Guedes quer dar ênfase à revisão da tributação sobre os mais ricos depois que o imposto sobre pagamentos foi atacado por se aplicar até mesmo a saques e depósitos em dinheiro.

O Ministério da Economia temia reação popular à reforma justamente porque as mudanças propostas atingiriam a todos, de estudantes a grandes empresários.

O ministro da Economia Paulo Guedes durante reunião de líderes partidários no senado - Pedro Ladeira - 20.ago.19/Folhapress

---

O discurso ressalta agora aquela que já era uma das diretrizes da reforma, que é a ampliação da base tributária sobre as altas rendas.

Entre os instrumentos analisados estão a tributação de dividendos, o limite de isenção para moléstia grave, a redução de descontos e a revisão sobre aplicações financeiras.

Estudos da Receita Federal apontam que os contribuintes do topo da pirâmide pagam hoje menos impostos proporcionalmente do que as classes

mais baixas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/governo-estuda-reduzir-todas-as-aliquotas-do-imposto-de-renda.shtml>), principalmente pelos benefícios previstos em aplicações financeiras (como dividendos e fundos exclusivos de investimento).

O titular da pasta quer simplificar e desburocratizar o sistema tributário e defende que “todos paguem” impostos para que “todos paguem menos”.

A demissão do secretário especial Marcos Cintra

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/marcos-cintra-defensor-da-cpmf-deixa-comando-da-receita-federal.shtml>)

(Receita Federal) e o pedido de Bolsonaro para banir a nova CPMF (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/veja-as-frases-de-bolsonaro-sobre-a-possivel-volta-da-cpmf.shtml>) da proposta não fez Guedes desistir definitivamente do novo imposto.

Recentemente, a estratégia do ministro passou a ser mencionar alíquota menor para o tributo enquanto defendia que um percentual pequeno não machucaria os contribuintes.

A equipe econômica ainda estudava a diminuição de alíquotas de Imposto de

Renda (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/governo-estuda-reduzir-todas-as-aliquotas-do-imposto-de-renda.shtml>)

para pessoas físicas e uma isenção no pagamento da nova CPMF para os mais pobres em meio à determinação de Bolsonaro de que a nova contribuição teria de ter uma contrapartida para a população

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/para-ter-cpmf-e-preciso-uma-compensacao-para-as-pessoas-diz-bolsonaro.shtml>).

Mesmo assim, a demissão de Cintra e a reação à ideia da nova CPMF forçaram agora a equipe econômica a voltar às contas e repensar a proposta.

Não está claro ainda para membros do ministério se será possível criar um plano B que seja equivalente à CPMF.

Nas contas de Guedes, o tributo geraria R\$ 150 bilhões por ano

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/governo-planeja-cobrar-imposto-de-04-para-saques-e-depositos-em-dinheiro.shtml>)

e ajudaria a aliviar a tributação sobre folha de salários das empresas, considerada por ele nociva para a geração de empregos.

Membros da equipe econômica afirmam que propostas de tributação sobre grandes fortunas e heranças não gerariam essa potência fiscal.

Eventual ampliação de alíquotas de um imposto único sobre consumo para substituir a CPMF também seria inviável porque exigiria uma cobrança muito elevada.

A tributação de 20% sobre dividendos, por exemplo, poderia gerar uma arrecadação de R\$ 24 bilhões em 2020 —16% do estimado com a CPMF. O cálculo foi feito pela Receita e chegou às mãos de Guedes.

Mudanças na tributação sobre fundos exclusivos, já tentadas em governos anteriores e consideradas pela atual equipe, alcançariam R\$ 10 bilhões em um ano —6% de uma nova CPMF.

Aloísio Araújo, professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas, vem participando de reuniões com Guedes sobre reforma e defende o plano de desoneração da folha. “O imposto sobre a folha é muito ruim e causa muitas distorções”, afirma.

Para ele, o ideal é aumentar o IR principalmente sobre aplicações financeiras e cortar pela metade as contribuições pagas pelas empresas para o Sistema S (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/governo-faz-acordo-para-reforma-tributaria-cortar-20-de-recursos-do-sistema-s-diz-secretario.shtml>).

Araújo também defende que a carga tributária seja simplesmente reduzida com a desoneração da folha (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/especialistas-defendem-desonerar-a-folha-de-pagamento-sem-cpmf.shtml>) enquanto a economia se recupera e naturalmente gera mais arrecadação nos anos seguintes.

A mensagem clara de Bolsonaro contra uma nova CPMF também desarranjou planos de Guedes para outras áreas. A arrecadação da nova CPMF poderia ser usada para bancar a etapa inicial da nova rodada de reforma trabalhista (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/governo-bolsonaro-quer-mudar-regras-sindicais-em-nova-reforma-trabalhista.shtml>).

Auxiliares do ministro afirmam que o descarte do imposto sobre pagamentos pode atrasar a implementação do programa Emprego Verde e Amarelo

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/pacote-de-combate-ao-desemprego-libera-r-65-bi-para-empresas-e-cria-agencia-de-trabalho.shtml>), que caminharia com a reforma tributária.

Guedes ainda avalia quem assumirá o comando da Receita. Embora esteja participando das reuniões sobre reforma tributária, o secretário de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, não é, até o momento, um nome colocado.

Em razão da condução da reforma da Previdência

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia/>), Marinho deve cumprir papel de articulador das novas reformas.

Segundo auxiliares de Guedes, o ministro tem grande admiração por Vanessa Canado, advogada do C.CiF (Centro de Cidadania Fiscal).

Ela compõe o grupo que elaborou um dos projetos de reforma tributária que tramitam no Congresso, mas alguns membros afirmam ser prematuro considerá-la na Receita.

Canado esteve em ao menos três reuniões com Guedes desde agosto. O último encontro foi nesta segunda-feira (9), em reunião que teve a participação de Cintra.

Embora integrantes da Receita tenham que a saída de Cintra acelere trocas na cúpula após apurações feitas por auditores recentemente que envolveram autoridades, o sindicato de auditores-fiscais aprovou a saída do secretário.

## **sua assinatura pode valer ainda mais**

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#) <https://login.folha.com.br/newsletter>). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](#) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](#) ([https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt\\_BR](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR)) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!



|                  |                  |
|------------------|------------------|
| Veículo: O Globo | Online           |
| Data: 13/09/2019 | Coluna: Economia |



## Após crise da CPMF, equipe econômica teme perder apoio de Bolsonaro à agenda de ajuste fiscal

Segundo fontes, o ministro incumbiu-se de entregar sinais concretos de recuperação econômica até julho de 2020

Ana Clara Costa, Manoel Ventura e Rennan Setti

13/09/2019 - 04:30 / Atualizado em 13/09/2019 - 09:11

BRASÍLIA - A [demissão do secretário especial](#) da **Receita** Federal, Marcos **Cintra**, preocupou membros da equipe econômica do ministro Paulo **Guedes**, que temem que o movimento sinalize um afrouxamento do compromisso do presidente Jair **Bolsonaro** com a agenda de reformas e ajuste fiscal. O ministro incumbiu-se de entregar ao presidente sinais concretos de recuperação econômica até julho de 2020, afirmaram ao GLOBO fontes da equipe econômica.

Em troca, Bolsonaro chancelaria as ações de Guedes para a economia, mesmo as mais impopulares. A atitude do presidente em relação a Cintra sinalizou que esse compromisso poderia ser rompido por Bolsonaro antes do prazo estabelecido.

O presidente tem recebido pressões vindas de ministérios, especialmente direcionadas à questão do teto de gastos — regra que limita o crescimento das despesas da União à inflação -, e técnicos da equipe econômica enxergam sinais de que o Palácio do Planalto pode ceder e rever o plano de apoio às ações de Guedes antes do prazo firmado entre ambos.

A demanda por ações concretas na economia e, principalmente, por mais dinheiro para os ministérios ficou clara às vésperas de o governo enviar o

Orçamento de 2020 ao Congresso, no fim de agosto. Guedes recebeu uma enxurrada de ofícios de ministros de todas as áreas pedindo mais recursos para os órgãos.

O teto de gastos, que é considerado hoje por especialistas e por integrantes da equipe econômica como a principal âncora fiscal do país, passou a ser questionado dentro do governo. O porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, chegou a dizer que Bolsonaro defendia mudanças na norma. Depois, o presidente recuou e passou a falar da necessidade de cortar despesas obrigatórias. Refém das reformas Bolsonaro mudou o tom e alinhou o discurso com a equipe econômica depois de conversar com Guedes. O ministro convenceu o presidente da necessidade de manter o teto, mas foi cobrado a apresentar medidas para aumentar o espaço para investimentos rapidamente.

O Planalto tem sido pressionado por ministros e políticos para atender a demandas regionais por obras e programas, mas não encontra espaço dentro do Orçamento para essas ações.

O temor dos políticos é que o governo fique refém da agenda econômica de reformas, sem resultados concretos na ponta, para a população. Esse foi o recado dado pelo presidente a Guedes, que fez chegar o tema à sua equipe.

Técnicos do Ministério da Economia trabalham para liberar recursos no Orçamento no fim deste mês e reduzir a “chiadeira” da Esplanada dos Ministérios. Dos R\$ 33,4 bilhões bloqueados, até R\$ 15 bilhões devem ser liberados no final deste mês.

O discurso que chega a Guedes é que a equipe econômica não pode ser tão inflexível e que precisa ajudar o governo a deixar uma marca de obras e

ações, levando-se em conta as eleições municipais do próximo ano. Mesmo pedidos de políticos considerados justos pelo presidente, como manutenção de rodovias, têm dificuldade de ser executados por falta de dinheiro.

Enquanto escolhe o novo secretário de Receita, Guedes pode ver a reforma tributária andar no Congresso sem um texto oficialmente encaminhado pelo governo. Câmara e Senado devem dar prosseguimento às suas propostas.

A avaliação de líderes partidários, reservadamente, é que a queda de Cintra não só não atrapalha como pode ajudar a reforma. Alguns parlamentares faziam questão de demonstrar publicamente que não gostavam do ex-secretário.

Na Câmara, o presidente da Comissão Especial que analisa a reforma, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), disse que o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) será apresentado em 8 de outubro, com ou sem texto de Guedes:

— Não muda em nada a saída do secretário da Receita. Estamos analisando uma proposta da Câmara, feita pela Câmara. No dia 8, queremos que o relatório seja votado.

Já o relator da reforma do Senado, Roberto Rocha (PSDB-MA), disse que apresentará seu relatório na próxima semana. Ele esteve ontem com Guedes e pediu para o ministro mandar por escrito quais pontos o governo defende na reforma tributária:

— Ele ficou de me mandar o mais rápido possível os pontos principais do que deseja o governo federal para a gente analisar. Pedi que ele botasse por

escrito, do jeito que estou fazendo com todo mundo. A saída do secretário da Receita não mexe no nosso cronograma. Vamos apresentar o relatório na próxima semana.

Ainda que Cintra não fosse visto como o interlocutor ideal da reforma tributária com o Congresso, sua saída deixou um clima de que o projeto da equipe estaria, agora, “à deriva”, e de que todo o trabalho feito poderia ser em vão, caso parlamentares decidam tocar as propostas que já tramitam na Câmara e no Senado.

O plano da equipe econômica era incluir a nova CPMF na reforma e deixar que o Congresso decidisse o que fazer com a ideia. O presidente não era defensor da proposta, mas tampouco a vetou internamente. Sua atuação contundente contra Cintra é vista como a primeira de outras possíveis ações que desautorizem estudos tocados pela Economia.

Riscos políticosTécnicos também apontam que nem todos os secretários que assessoram o ministro têm bom trânsito político — muitos são novatos na vida pública e não compreendem os riscos políticos de falas mal colocadas, projetos mal explicados e decisões intempestivas.

Para o mercado, a agenda liberal defendida por Guedes é crucial.

— Há um diagnóstico inequívoco de que a recuperação está aquém do que se esperava. Isso acalora o debate de flexibilização da agenda liberal. Mas os sinais que temos até agora da equipe econômica é que ela quer atuar mais do lado da oferta, melhorando a competitividade e o ambiente de negócios, do que propriamente estimular a demanda. É um debate que vai continuar, mas a equipe econômica não tem dado sinais de que quer flexibilizar sua agenda,

de que busca soluções heterodoxas — afirmou Anna Reis, economista-chefe da GAP Asset.

De acordo com Anna, medidas de flexibilização da agenda liberal, como alterações na regra do teto de gastos, teria impacto negativo direto no câmbio, no nível de risco-país e no patamar da Bolsa.

— O governo tem sete meses de vida. Não dá para consertar uma recessão nesse tempo. Os números começam a mostrar alguma melhora, mas o crescimento não virá tão rápido assim. No entanto, a direção é boa, e isso se vê no risco-país e nos juros. A agenda liberal apenas começou a ser implementada. Abandoná-la seria péssimo, na visão do mercado. O Brasil já esgotou sua capacidade de expansão fiscal — observou José Tovar, sócio-fundador da Truxt Investimentos. ”

|                  |                  |
|------------------|------------------|
| Veículo: O Globo | Online           |
| Data: 13/09/2019 | Coluna: Economia |



## Prévia do PIB recua 0,16% em julho, diz Banco Central

Queda do IBC-Br ocorre depois de dois meses consecutivos de alta. Resultado acumulado do ano, porém, é positivo em 0,78%

Renata Vieira

13/09/2019 - 10:42 / Atualizado em 13/09/2019 - 10:44



Cédulas de real, a moeda oficial do Brasil Foto: Pixabay

BRASÍLIA - O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), uma espécie de prévia do Produto Interno Bruto (PIB), retraiu 0,16% no mês de julho na comparação com o mês anterior, conforme divulgou a autoridade monetária nesta sexta-feira. No segundo trimestre, [a prévia do PIB retraiu 0,13%](#) .

A queda ocorre depois de dois meses de crescimento. O indicador avançou 1,16% em maio e 0,34% em junho, os únicos dois registros positivos ao longo dos sete meses deste ano. Na comparação anual, porém, o indicador se expandiu: em relação a julho de 2018, o avanço foi de 1,31%, ainda de acordo com os dados do BC.

Se considerados os primeiros sete meses de 2019, o cenário também é de alta: o indicador avançou 0,78% de janeiro a julho. Em doze meses, de julho de 2018 a julho de 2019, o avanço foi de 1,07%.

Os números do IBC-Br divulgados nesta sexta-feira sucedem as estatísticas

oficiais do PIB, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no mês passado. De acordo com o IBGE, **a economia brasileira cresceu 0,4% no segundo trimestre** deste ano, em relação ao primeiro trimestre, número que veio um pouco acima do esperado pelo mercado.

Ainda assim, as expectativas pela recuperação da economia brasileira ainda são cautelosas. Na semana passada, o governo atualizou sua projeção de crescimento do país **de 0,81% para 0,85% em 2019** . Já o mercado aposta num crescimento de 0,87%, segundo informações do último Boletim Focus, pesquisa do próprio Banco Central que semanalmente ouve economistas para avaliar as expectativas do mercado financeiro em relação ao cenário econômico.

### ***PIB X IBC-Br***

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o Banco Central a tomar suas decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume de impostos. O indicador foi criado pelo BC para tentar antecipar, por aproximação, a evolução da atividade econômica. Mas o indicador oficial é o PIB, calculado pelo IBGE.

## A contraditória contabilidade fiscal

Não há nada de moderno e mais burocrático que instituir uma segunda contabilidade para atender exclusivamente ao Fisco

Por Osmar Simões

12/09/2019 21h00 · Atualizado há 6 horas

O Poder Executivo vem divulgando em doses a sua proposta de reforma tributária. Entre os pilares apontados pela Receita Federal está uma modificação relevante do imposto de renda (IR), com previsão inicial de redução da alíquota do IR das empresas, alterações para as pessoas físicas e a desvinculação tributária dos padrões contábeis internacionais (IFRS - International Financial Reporting Standards).

A Receita Federal argumenta que as empresas já apresentam dois balanços, um de acordo com o padrão internacional e outro para atender às exigências do Fisco. E complementa, essa dualidade existiria em outros países, citando Estados Unidos e Reino Unido.

**Não há nada de moderno e mais burocrático que instituir uma segunda contabilidade para atender exclusivamente ao Fisco**

Com todo respeito, a posição defendida pela Receita Federal nos parece contraditória no conceito e imprecisa nas justificativas.

Entre os mantras do Executivo está o da liberdade econômica, desburocratização e modernização do ambiente de negócios. Não há nada de moderno e mais



burocrático que instituir uma segunda contabilidade para atender exclusivamente ao Fisco. Eis a contradição.

Quando do advento da Lei 11.638/2007, que iniciou a harmonização do sistema contábil brasileiro com o padrão internacional, todos aclamaram porque haveria maior uniformidade, clareza e segurança nas informações financeiras das empresas, cuja base única seria a contabilidade.

As autoridades fiscais também acolheram as alterações e estabeleceram o regime tributário de transição, previsto na Lei 11.941/2009. Por fim adveio a Lei 12.973/2014, que completou a harmonização do padrão contábil com o regime de apuração fiscal. Como solução foi instituído um livro fiscal eletrônico, que prevê e descreve os ajustes ao lucro contábil necessários para apuração do lucro sujeito ao imposto de renda - o chamado lucro real. Vale anotar que naquela ocasião as autoridades já avaliaram a ideia do “two books of account” e concluíram que a proposta representaria um aumento do custo para as empresas.

Nesse sentido veja-se o item 15.2 da Exposição de Motivos da Medida Provisória 627/2013. Assim, a conceito proposto pela Receita Federal, de duas contabilidades, se confirmado, representará maior burocracia para a atividade empresarial, maior intervencionismo do Estado e custos adicionais. O conceito também pode ser contraditório à luz das boas práticas de governança, transparência e conformidade, exigidas das empresas na atualidade. A dualidade de procedimentos na geração de informações financeiras ocasiona insegurança aos usuários e amplia vulnerabilidade dos controles.

Quanto às justificativas apontadas, em primeiro lugar nenhuma empresa possui dois balanços. O balanço patrimonial em determinada data é peça única, levantado com base na escrituração contábil regular. A ciência contábil desenvolveu conceitos e metodologias confiáveis e adequados para controlar, apurar e demonstrar os efeitos econômico-financeiros que afetam a pessoa jurídica em determinado lapso temporal.

Os primeiros enunciados de contabilidade internacional datam de 1973, com a formação do International Accounting Standards Committee (IASC), substituído em 2001 pelo IASB (International Accounting Standards Board). Atualmente mais de cem países adotam o padrão IFRS, definido pelo IASB. Ora, com o elevado teor

científico aplicado à contabilidade internacional e a aceitação desse padrão pelos variados stakeholders, inclusive para tomada de decisões financeiras puras, em que medida tal padrão contábil não seria objetivo?

Como regra, as economias desenvolvidas e as emergentes principais, que tenham em seu ordenamento o IR para empresas, adotam como base de cálculo o lucro apurado a partir do resultado contábil. Ajustes na base fiscal e regras especiais poderão existir nas legislações de cada País, mas o ponto de partida é sempre comum, a contabilidade.

Nos Estado Unidos, citado pela Receita Federal, houve uma reestruturação no sistema de tributação das empresas em 2017. De um lado, uma redução na alíquota nominal do IR federal, que passou para 21%, e de outro, o estabelecimento de uma série de regras especiais e novas hipóteses de incidência, tais como “Base erosion and anti-abuse tax” (BEAT) e o “Global intangible low-taxed Income” (GILTI). Todavia, a legislação americana não se dissociou da escrituração contábil para apurar valores e bases fiscais.

O que existe desde há muito no IR Americano, e continuou, são limites e restrições para certas deduções na base fiscal, assim como regimes especiais de tributação para determinados tipos de empresas, como as S Corporations, REITS e Partnerships. No Reino Unido, por seu turno, o IR base devido pelas empresas é 19% sobre o lucro (17% a partir de 2020), não havendo muitos regimes diferenciados. Da mesma forma que Brasil e Estados Unidos, lá também o que existe são limitações e restrições a certas deduções da base de cálculo. Assim, a ideia de que os dois países citados teriam uma contabilidade fiscal nos parece imprecisa, porque na realidade eles possuem sistemas assemelhados ao nosso atual, qual seja, ponto de partida no resultado contábil geral e observância de ajustes e limites para determinar a base fiscal.

Em resumo, não achamos necessário estabelecer um segundo regime contábil para propósitos fiscais. Acreditamos que o regime atual de apuração, baseado no lucro contábil e sujeito a ajustes controlados em livro fiscal eletrônico, continua a ser eficaz e adequado.

**Osmar Simões é sócio do escritório Chediak Advogados**

## Acordo pode pôr fim à Lei Kandir e limitar taxaço a exportações

Medidas fazem parte de pacto federativo acertado entre Paulo Guedes e Davi Alcolumbre

**Por Ribamar Oliveira e Cristiano Zaia** — De Brasília

12/09/2019 21h00 · Atualizado há 6 horas

---

O acordo feito sobre o novo pacto federativo pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), na presença de líderes partidários, no fim de agosto, prevê, entre outras medidas, o fim da chamada Lei Kandir e a tributação pelos Estados das exportações de produtos primários e semielaborados.

Ficou acertado, no entanto, que haverá um limite para a alíquota a ser aplicada sobre as exportações desses produtos. “Será uma alíquota baixa, de 2% a 3%”, revelou o senador Cid Gomes (PDT-CE), que participou das negociações. “Mas o limite ainda não está definido”, informou.

Os Estados exportadores de grãos e de minérios sempre se queixaram das perdas de arrecadação com a Lei Kandir, que desonerou do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e semielaborados. A lei tomou esse nome porque, em 1996, o então deputado Antônio Kandir, por São Paulo, apresentou um projeto de lei complementar propondo a desoneração do ICMS desses produtos.

Ela previa que a União compensaria os Estados pelas perdas de receitas até o exercício financeiro de 2002, com possibilidade de extensão até o exercício de 2006. Depois, esse dispositivo foi alterado várias vezes. Não há compensação prevista

para a Lei Kandir no Orçamento deste ano nem na proposta orçamentária de 2020. Uma das dificuldades para incluir a compensação no Orçamento é o teto de gastos.

O Supremo Tribunal Federal (STF) chegou a dar um prazo para que o governo e o Congresso definissem uma forma de compensação aos Estados. Caso isso não acontecesse, o Tribunal de Contas da União (TCU) seria obrigado a estabelecer um valor. Nada disso, no entanto, foi feito até agora.

O setor de agronegócios já tem se mobilizado há pelo menos dois anos diante de ameaças anteriores no Congresso de acabar com a Lei Kandir e taxar exportações de commodities agrícolas, ramo em que o Brasil se destaca mundialmente com o embarque de produtos como soja, café, carnes bovina e de frango, açúcar e suco de laranja. E promete também reação à nova PEC.

No fim de 2017, o então senador Wellington Fagundes, relator da PEC que previa ressarcimento aos Estados pelo não pagamento pela União das compensações pela Lei Kandir, chegou a propor uma alíquota de 2,5% sobre as exportações de commodities, mas recuou diante da pressão do agronegócio. E, no início deste ano, vários Estados que decretaram calamidade fiscal, como Mato Grosso, taxaram o setor agropecuário ou ameaçaram retirar incentivos fiscais a insumos agropecuários com a intenção de equilibrar suas contas.

Um estudo recente conduzido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) concluiu que “as recentes (e recorrentes) iniciativas em revogar o dispositivo legal” da Lei Kandir levariam a uma “corrosão da rentabilidade, redução dos investimentos ou mesmo instabilidade jurídica (...) aos investidores”. E mostrou que, com a possível extinção da lei, as vendas externas totais do agronegócio brasileiro recuariam US\$ 6,2 bilhões ao ano, levando-se em conta a somatória das perdas previstas para apenas três produtos: carne suína, celulose e melões frescos.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula vira febre em Salvador

PHYTOPHEN CAPS



**Por Claudia Safatle**

Claudia Safatle formou-se pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos. Foi repórter especial da "Folha de S. Paulo" nos an

## Guedes quer BC independente este ano

No futuro o Coaf deve se transformar em uma agência independente

12/09/2019 21h00 · Atualizado há 5 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, quer aproveitar a transferência do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) para o Banco Central para aprovar, ainda neste ano, o projeto que confere independência ao BC. A decisão de colocar o Coaf no BC, com o nome de Unidade de Inteligência Financeira (UIF) reforçou a necessidade de dar à autoridade monetária a autonomia legal frente aos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

“Queremos aproveitar esse fim de ano para avançar com a independência do Banco Central”, disse o ministro ao **Valor**.

### No futuro o Coaf deve se transformar em uma agência

A transferência do Coaf para o BC foi concebida pelo ministro para colocar um ponto final na crise institucional que se desenhava naquele momento, com todos suspeitando de tudo.

“Ficar, no mesmo Ministério [da Economia], tanto a Receita Federal quanto o Coaf estava causando uma crise institucional”, explicou Guedes. “Havia suspeita de que se estava trabalhando com algoritmos não republicanos.” Ministros do Supremo

Tribunal Federal reclamaram. Ao mesmo tempo, o próprio presidente da República estava vendo uma lista de cento e tantas pessoas na Assembleia Legislativa do Rio e “estava-se cutucando só o filho dele”, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), sob investigação de movimentação financeira atípica, contou.

“Então estava havendo um princípio de conflito institucional. Era uma disputa por demarcação de território”, e isso preocupava Guedes. O presidente da República pode influenciar o Coaf? O ministro Moro [Sérgio Moro, da Justiça] poderia? Ministro do Supremo poderia ficar impune por que ele tem influência no Coaf? Essas eram algumas das indagações feitas naquele momento que não seriam respondidas apenas com uma troca de comando do conselho.

Por outro lado, o ministro da Economia, com dois órgãos fortes nas mãos, Receita Federal e Coaf, poderia pedir a ambos para olhar dados de qualquer cidadão nos últimos 15 anos, por exemplo. “Essa concentração de poderes estava suspeita. Ninguém mais estava acreditando no Coaf”, comentou Guedes.

Outra suspeita, segundo ele, era a de que “o Coaf estava instrumentalizando o Supremo”. Nesse meio tempo entrou o Gafi, Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo, que é um órgão multilateral contra lavagem de dinheiro e tráfico de drogas, e deu um puxão de orelhas no governo brasileiro por causa daquela situação. “Virou uma confusão”, disse ele.

Nesse caso, cortar cabeças, trocar o comando do conselho não resolveria o problema. Era preciso dar um passo além em direção a um aperfeiçoamento institucional.

“Vamos mostrar que são independentes. A Receita Federal pertence ao Ministério da Economia. E o Coaf acabou de ir para o BC. E o Banco Central é independente do Ministério da Economia”, atestou o ministro, que concluiu: “Acabou, nenhuma mão mais chega lá. A mão da Receita não consegue chegar no BC independente. A mão do Supremo não chega no BC independente. A mão do deputado não chega no BC independente”.

De fato, mesmo sem ter a independência garantida na letra da lei, o Banco Central ganhou reputação e credibilidade nos últimos tempos, dois atributos cruciais para a sua independência de fato. Afinal, a taxa de juros Selic em 6% a ano nunca foi tão

baixa. A inflação está sob controle e as expectativas para o IPCA são de que encerre o ano em 3,54%, aquém da meta de 4,25%. A fiscalização bancária e a higidez do sistema financeiro não estão sob questionamento.

As transformações pelas quais passa o Conselho de Controle das Atividades Financeiras não param por aí. Nas mãos do presidente do Banco Central, Roberto Campos, o Coaf deverá tomar um banho de tecnologia moderna e de estrutura operacional. Mais adiante, a ideia de Campos é transformá-lo em uma agência independente.

## **Gastos indexados**

O Plano Real, quando editado em 1994, cortou as indexações dos contratos, mas as dos gastos orçamentários permaneceram firmes e fortes. Mais de 70% das despesas crescem de forma autônoma, sem nenhuma correspondência com o comportamento das receitas, porque estão indexadas ao IPCA, ao INPC ou ao salário mínimo.

O governo já escreveu algumas versões de um projeto de emenda constitucional (PEC) para atacar esses mecanismos de geração espontânea de despesas públicas, mas nenhuma conseguiu, ainda, resolver todos os problemas jurídicos.

Resquícios dos tempos da hiperinflação, os mecanismos de indexação das despesas públicas são ainda mais asfixiantes quando o crescimento econômico, que é determinante para o comportamento das receitas, é baixo.

O governo pretende atacar o que a área econômica chama de 3D: “Desvincular, desindexar e desobrigar” as despesas públicas nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), no âmbito de um pacto federativo que, na avaliação do ministro, tem que ser feito “agora”.

A proposta de reforma tributária viria em seguida, também sob o guarda-chuva do pacto. Segundo o vice-presidente Hamilton Mourão, Bolsonaro exigiu de Guedes a cabeça do secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, e desarticulou parte importante da proposta de reforma.

Junto com a exoneração de Cintra, o presidente jogou uma pá de cal na recriação da CPMF. O novo tributo, de alcance mais amplo do que a CPMF, foi imaginado como substituto da contribuição previdenciária sobre a folha de salários das empresas - que é uma taxa que espanta o emprego em um país de 13 milhões de desempregados. Não há, no momento, uma proposta alternativa de receita para compensar a desoneração da folha de salários.

A situação fiscal da União é dramática. O Orçamento do governo tem distorções gritantes. Não há recursos para investimentos. Acabou o cafezinho nos ministérios e o tempo corre. Nessa altura, o pior que pode acontecer é o enfraquecimento de Paulo Guedes. É oportuno lembrar Bolsonaro que ele e o ministro estão abraçados.

**Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras**

**E-mail: [claudia.safatle@valor.com.br](mailto:claudia.safatle@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

### LINK PATROCINADO

O XPhone é vendido 10 vezes mais barato no Brasil no seu lançamento  
XPHONE

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula vira febre em Salvador  
PHYTOPHEN CAPS

### LINK PATROCINADO

Jovens descobriram uma forma de ganhar dinheiro no Aliexpress  
MELIUZ

### LINK PATROCINADO

O que ele descobriu para eliminar o ronco é incrível  
SLEEP FREE

### LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!  
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS



## Guedes quer estudo sobre desoneração da folha

Ministro pede que Receita calcule se é possível tirar taxaço sobre salários sem criação da 'nova CPMF'

Por **Ribamar Oliveira e Lu Aiko Otta** — De Brasília

12/09/2019 21h00 · Atualizado há 6 horas

---

O ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu ontem à equipe da Receita Federal que realize estudos para saber se é possível levar adiante a desoneração da folha de pagamento das empresas sem a Contribuição sobre Pagamentos (CP), que ele também chama de Imposto sobre Transações Financeiras (ITR). "Temos que fazer simulações para saber se há espaço para desonerar a folha sem a CP", disse fonte da área econômica.

A desoneração da folha é uma das principais propostas de Guedes para a retomada da economia e para a criação de empregos no curto prazo. A área econômica está convencida de que o melhor caminho para aumentar a oferta de emprego no Brasil é reduzir os encargos pagos pelos empresários na contratação de mão de obra.

Por isso, a criação da CP integrava a proposta do governo para a reforma tributária, a ser encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional. Ela foi idealizada pelo ex-secretário da Receita Federal Marcos Cintra e iria permitir uma redução da alíquota de contribuição patronal ao INSS, hoje em 20%, para algo em torno de 13%.

Autor da proposta de reforma tributária que tramita na Câmara como Proposta de Emenda à Constituição 45, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), o economista Bernard Appy afirmou que há solução para desonerar a folha sem um tributo sobre transações. "Possível, é", disse. "Há custos e benefícios, e essa é uma questão de escolha."

O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), autor da proposta de reforma tributária que tramita no Senado, a PEC 110/19, informou que discute com o relator da matéria, o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), alternativas para a desoneração da folha que poderão ser incluídas no texto. Ele informou que sua proposta admite a criação da CP na base do Imposto de Valor Agregado.

A ideia de Guedes era que, dependendo da alíquota da CP, ela poderia substituir também a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A CP seria uma nova versão da CPMF. Ela incidiria sobre débitos, créditos e sobre saques e depósitos em dinheiro, com alíquota que variaria de 0,2% a 0,4%. “A CP seria de implementação rápida, teria alíquota baixa e pegaria os 40% da economia informal”, explicou a mesma fonte. “Nada tem esse poder”, lamentou.

O problema é que o presidente Jair Bolsonaro, ao demitir o Marcos Cintra, deixou claro, em sua conta no Twitter, que “a recriação da CPMF” está fora de cogitação.

Em reunião ontem com o secretário substituto da Receita Federal, José de Assis Ferraz, e com os principais assessores do órgão, Guedes discutiu o tema. O ministro ainda não tem segurança se será possível fazer a desoneração da folha sem a CP. “É preciso fazer contas. Estamos fazendo isso agora”, informou a fonte.

O Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), “think tank” dirigido por Appy, formulou uma proposta de desoneração da folha que não depende do tributo sobre transação.

Em linhas gerais, a proposta tem três pilares. A primeira é a eliminação de contribuições cobradas sobre a folha que não são pessoais, como o salário-educação e a contribuição ao Sistema S. O segundo, acabar com a contribuição empresarial acima do teto de contribuição do INSS. Segundo Appy, essa é a principal causa do processo de “pejotização” dos trabalhadores.

O terceiro pilar é reduzir a contribuição cobrada sobre o primeiro salário mínimo do trabalhador, num desenho parecido com a tributação por faixas do Imposto de Renda da Pessoa Física. Segundo Appy, a tributação hoje para os trabalhadores que ganham perto de um salário mínimo praticamente não compensa, porque ele tem a perspectiva de, aos 65 anos, alcançar um benefício igual a um mínimo mesmo sem ter contribuído.

O financiamento dessas desonerações viria do Imposto de Renda, com a eliminação de deduções e isenções.

No primeiro dia após a demissão de Marcos Cintra como secretário de Receita, o ritmo de trabalho no Ministério da Economia para formulação da reforma tributária continuou o mesmo, segundo apurou o **Valor**. Os objetivos gerais da reforma foram mantidos: simplificar, desburocratizar, cortar privilégios e ampliar a base de tributação. O mantra é: se todos pagarem, todos pagarão menos.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

---

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula vira febre em Salvador

PHYTOPHEN CAPS

### LINK PATROCINADO

Jovens descobriram uma forma de ganhar dinheiro no Aliexpress

MELIUZ

### LINK PATROCINADO

O XPhone é vendido 10 vezes mais barato no Brasil no seu lançamento

XPHONE

### LINK PATROCINADO

O que ele descobriu para eliminar o ronco é incrível

SLEEP FREE

### LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

### LINK PATROCINADO

Cartão de crédito sem anuidade. Veja como ter um

BANCO INTER

---

## Mais do Valor **Econômico**

# PEC do Fundeb vai prever complementação de 40%

Texto deve ser apresentado na semana que vem

**Por Hugo Passarelli** — De São Paulo

12/09/2019 21h00 · Atualizado há 6 horas

---

O relatório final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Câmara dos Deputados que muda o Fundeb, principal mecanismo de financiamento à educação básica, vai estipular a criação de indutores de qualidade para redistribuir os recursos.

Além disso, o texto, que deve ser apresentado na semana que vem, vai prever o crescimento da complementação da União, de forma progressiva ao longo de dez anos, dos atuais 10% para 40%, como consta na PEC em tramitação no Senado Federal.

Até então, a relatora do projeto, a deputada Dorinha Seabra (DEM-TO) previa chegar a um percentual de 30%. Logo, houve um acordo entre as duas casas para que o projeto da Câmara se aproximasse ao do Senado e, assim, reduzir o tempo de tramitação. Em valores, isso vai significar um incremento dos R\$ 14,4 bilhões previstos para 2019 para cerca de R\$ 60 bilhões na participação da União no Fundeb.

Em um aceno aos governadores, que temiam perda de recursos na transição para o novo Fundeb, os atuais 10% de complementação da União vão continuar seguindo as regras atuais. Apenas os 30 pontos percentuais extras seguirão o novo esquema.

Duas vertentes para incentivar melhores resultados na escola constarão no documento. O primeiro é a reprodução do modelo adotado pelo Ceará no repasse de ICMS e mexe apenas com os recursos estaduais.

“O relatório vai propor alterar a lei do ICMS para permitir que os Estados façam uma definição de como irão distribuir 10 pontos percentuais da arrecadação do ICMS, sempre baseados em resultados educacionais e também em equidade”, diz uma fonte que acompanha o debate.

Depois de aprovada a PEC, a ideia é colocar em votação no Congresso uma lei de regulamentação para estipular a fórmula dos 30 pontos percentuais adicionais que cabem à União.

Uma parcela de 10% deverá chegar às redes de ensino que conseguirem atingir melhor desempenho, a partir de indicadores que ainda serão definidos.

Os outros 20% serão distribuídos a partir do que é chamado de Valor Aluno Total (VAT).

Pelas regras atuais, a União complementa os recursos para os Estados que não conseguem atingir um valor mínimo por aluno ao ano, até que se esgotem os 10% sobre o total de impostos destinados ao Fundeb.

Esse mecanismo ajudou a reduzir as desigualdades de financiamento. No entanto, há distorções, como os municípios ricos situados em Estados pobres que têm direito ao dinheiro extra mesmo sem necessitar.

Pelo novo método previsto no relatório final da PEC, considera-se os 25% dos tributos que os municípios são obrigados a destinar para educação. Assim, municípios com forte atividade econômica e, portanto, arrecadação mais robusta deixarão de receber a verba da União, enquanto outros que hoje não são atendidos passarão a ter direito.

Na semana que vem, o relatório final da PEC do novo Fundeb deverá ser disponibilizado no site da Câmara. Na semana seguinte, deverá ser levado à comissão especial que discute o tema, para posteriormente ir a plenário. A expectativa é que a proposta seja votada até meados de outubro.

## Queda de Cintra dá impulso à proposta de reforma dos Estados

Para secretários de Fazenda, insistência em taxar transações financeiras atrapalha discussão

Por **Lu Aiko Otta e Murillo Camarotto** — De Brasília

12/09/2019 21h00 · Atualizado há 6 horas

---



Aguinaldo Ribeiro, relator da reforma: compromisso de tentar votar texto na comissão especial até fim de outubro — Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

A queda do secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, terá um efeito benéfico sobre o andamento da proposta de reforma tributária apresentada esta semana pelos Estados. A avaliação é do secretário de Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, que coordenou o grupo de trabalho responsável pela proposta.

Ele entende que a insistência de Cintra na criação de um imposto incidente sobre transações financeiras atrapalhava as discussões sobre a reforma tributária. “A saída do Cintra, nesse sentido, ajuda”, disse ele ao **Valor**.

Protocolada na Câmara dos Deputados na última terça-feira, a proposta de reforma dos governadores foi discutida ontem pelo secretário interino da Receita, José de Assis Ferraz Neto, em seu primeiro dia à frente do órgão.

Depois de reunir-se com o ministro da Economia, Paulo Guedes, Ferraz recebeu o coordenador do Comsefaz e secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, para conhecer melhor a proposta elaborada pelo grupo.

O plano, que obteve um inédito consenso entre os 26 Estados e o Distrito Federal, foi entregue aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), como uma emenda às propostas que tramitam nas duas Casas. A ideia é que a proposta seja uma emenda substitutiva integral.

Os secretários estaduais tomaram como referência a proposta elaborada pelo economista Bernard Appy, que está tramitando na Câmara Federal como Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, de autoria do deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP).

Segundo o secretário pernambucano, Maia manifestou concordância com a maior parte dos pontos citados no projeto dos Estados. O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma, se comprometeu a tentar votar o texto na comissão especial até o fim do mês de outubro para, então, levar a matéria ao plenário.

Após o encontro, o coordenador do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) e secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, disse que o governo federal mantém o plano de apresentar uma proposta própria de reforma tributária em breve.

“Foi uma conversa muito positiva e há muitos pontos de convergência”, comentou Fonteles. “Mas também houve pontos de discordância. Chegar a um consenso como o que foi alcançado entre os 26 Estados e o Distrito Federal será tarefa difícil.”

Há pelo menos dois pontos da proposta dos Estados que desagradam ao governo federal. A começar pela criação do Imposto de Valor Agregado (IVA), que uniria PIS, Cofins, IPI e uma parcela do IOF. A proposta dos Estados prevê a fusão de PIS, Cofins, IPI, ICMS (estadual) e ISS (municipal). Esse tributo foi batizado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tal como está na Proposta de Emenda à Constituição 45.

Um ponto de divergência que emergiu ontem foi a gestão do IBS. Os Estados querem que decisões sobre o tributo sejam tomados por um comitê, do qual a União não faria parte - embora três tributos federais integrem o IBS. Outro atrito está na formação do Fundo de Desenvolvimento Regional, previsto na proposta do Comsefaz. Os Estados querem que a União o financie com a sua parte na arrecadação do IBS.

Para combater a regressividade da carga tributária, a proposta dos Estados também prevê que cidadãos mais pobres recebam de volta uma parte do IBS. Isso aconteceria mediante a apresentação de notas fiscais e demais gastos tributáveis, abrindo a possibilidade de um reembolso entre 5% e 15% do imposto pago.

A discussão de ontem se concentrou no IVA. O tributo sobre transações, pivô da crise que levou à demissão de Marcos Cintra do posto de secretário especial da Receita Federal, não veio à mesa. “Nem poderia”, disse Fonteles. A proposta dos Estados, esclareceram os secretários, não trata desse tributo específico nem de possível desoneração da folha.

---

## Saiba Mais

---

[Guedes quer estudo sobre desoneração da folha](#)

---



## Relator no Senado vai insistir na ‘CPMF’

Por Raphael Di Cunto e Renan Truffi — De Brasília

12/09/2019 21h00 · Atualizado há 6 horas

---

Mesmo com a demissão do ex-secretário especial da Receita Federal Marcos Cintra, o relator da reforma tributária no Senado, Roberto Rocha (PSDB-MA), disse ontem que continua a estudar a possibilidade de criação de um imposto sobre movimentações financeiras para substituir parte das contribuições sobre a folha de salários das empresas com o objetivo de gerar empregos.

“O Brasil mora na informalidade porque cada emprego formal custa por dois. Precisamos mudar isso e eu topo discutir os caminhos”, disse. Ele garante que apresentará seu parecer sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) na próxima semana na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e que quem decidirá o melhor formato é “a sociedade”. A adoção de um imposto sobre transações para desonerar a folha era defendida por Cintra, mas foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro, que o demitiu.

Rocha afirmou, contudo, que só aceitará discutir a recriação da CPMF (ou IMF, como ele chama) se a tributação for exclusivamente sobre as movimentações financeiras das empresas e não atingir pessoas físicas. “Se os beneficiados pela desoneração são as empresas, nada mais justo que apenas CNPJ pague esse imposto”, opinou. “Essa calibragem diminui 95% do calor dessa discussão e com as reclamações de que atingirá os mais pobres”, disse.

O relator disse que não sabe qual seria o valor da alíquota sobre as movimentações financeiras, mas pediu informações ao Banco Central. Ele reforçou, várias vezes ao longo da entrevista, que não está criando um imposto, mas “substituindo”. “Foi esse

discurso errado que derrubou o Cintra, os técnicos não têm percepção política”, afirmou.

A outra alternativa em estudo para desonerar os empregos, afirmou, é aumentar a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que será criado com a fusão de impostos sobre bens e serviços (a PEC do Senado junta nove tributos, enquanto a da Câmara funde cinco impostos). “Aumentar a alíquota do IVA eleva a carga tributária. Se falar que a escolha política for pelo IVA, que eu pessoalmente prefiro, defendendo que seja uma transição gradual”, declarou.

Para desonerar a folha de salários de 20% para 10%, o que custaria cerca de R\$ 130 bilhões, será preciso elevar a alíquota do IVA em cerca de três pontos percentuais, nas contas do relator. Ele propõe que, num primeiro momento, as contribuições previdenciárias das empresas sejam reduzidas a 14% do salário - e, para isso, o IVA teria que aumentar dois pontos percentuais. “Só conheço essas duas opções. Ninguém me apresentou um terceiro caminho até agora”, disse.

Já a Câmara, onde a rejeição a um imposto nos moldes da CPMF é altíssima, tem estudado outras opções para desoneração da folha, como aumentar os impostos sobre a renda e patrimônio, mas ainda não há uma proposta formal em avaliação. O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da PEC em debate na Câmara, tem evitado antecipar o que virá em seu parecer antes de encerradas as audiências públicas e seminários sobre o tema.

# Senado faz acordo para viabilizar reforma até o fim do ano

As PECs principal e paralela devem ser despachadas com intervalo máximo de duas semanas

**Por Renan Truffi e Marcelo Ribeiro** — De Brasília

12/09/2019 21h00 · Atualizado há 6 horas

---

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse ontem que a PEC paralela da reforma da Previdência (PEC 133/2019) terá de ser aprovada em até 15 dias depois da proposta principal para que possa retornar à Câmara dos Deputados a tempo de ser promulgada ainda este ano. Segundo Alcolumbre, foi costurado um acordo para que as duas PECs, principal e paralela, sejam despachadas pelo Senado com intervalo máximo de duas semanas justamente para não atrasar a reforma.

“Pelo acordo construído, a gente vai separar [PEC principal da PEC paralela] com 10 ou 15 dias de diferença, de uma para outra, na tramitação. Eu expliquei [para alguns senadores] que se nós perdermos mais de 15 ou 20 dias em relação à PEC 133, e acabamos inviabilizando o encaminhamento da matéria para a Câmara. Se perder essa diferença, pode ser que não consigamos o nosso intuito que é fazer essa matéria ser deliberada ainda este ano na Câmara”, disse.

Alcolumbre combinou com o relator da reforma da Previdência, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que ele irá retirar duas emendas de redação, acatadas por ele em seu relatório, da PEC principal. E que irá readequá-las na PEC paralela. Isso porque se levantou a dúvida, nos últimos dias, de que essas modificações pudessem ser caracterizadas como alterações de mérito, o que obrigaria a reforma da Previdência a voltar novamente para análise da Câmara dos Deputados. “Para

proteção, eu acho que é razoável. Se há uma dúvida, acho que o caminho que o relator adotou foi o melhor, foi o prudencial”, disse.

As articulações de Alcolumbre para a aprovação da PEC paralela ainda este ano vão de encontro aos interesses de prefeitos brasileiros, que têm feito lobby para que a proposta obrigue apenas os Estados a aprovar a reforma, por lei ordinária, nas respectivas assembleias legislativas. O presidente do Senado se reuniu ontem com o presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Jonas Donizette, que elogiou o encaminhamento. “O assunto principal que viemos tratar foi o assunto da PEC paralela e nós saímos daqui muito contentes porque ele nos orientou no seguinte sentido. Vota-se primeiro a PEC da Previdência, que foi votada na Câmara, mais 15 dias depois vota a PEC paralela. E essa PEC paralela vai ser na seguinte condição: os governadores terão que aprovar a reforma da Previdência por lei ordinária na Assembleia Legislativa”, explicou.

A mesma demanda foi levada pelos prefeitos ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). “Temos interesse que a Câmara referende a decisão do Senado sobre a inclusão de Estados e municípios. É preciso criar um ambiente de convergência entre o Congresso, Estados e municípios. Aquilo que for convergente, nós topamos”, disse o prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira (PCdoB). Nogueira não acredita que governadores do Nordeste - que não entregaram votos suficientes a favor da reforma no Congresso - atrapalharão o andamento da PEC Paralela. “O Senado está apresentando uma proposta, que será discutida e vamos ajudar para chegar a essa convergência”, afirmou aos jornalistas.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

O XPhone é vendido 10 vezes mais barato no Brasil no seu lançamento

XPHONE

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

PHYTOPHEN CAPS

### LINK PATROCINADO

Jovens descobriram uma forma de ganhar dinheiro no Aliexpress

## Taxação ao consumo concentra debate

Imposto sobre Valor Adicionado é ponto comum entre principais propostas do Legislativo e a defendida pelo governo federal

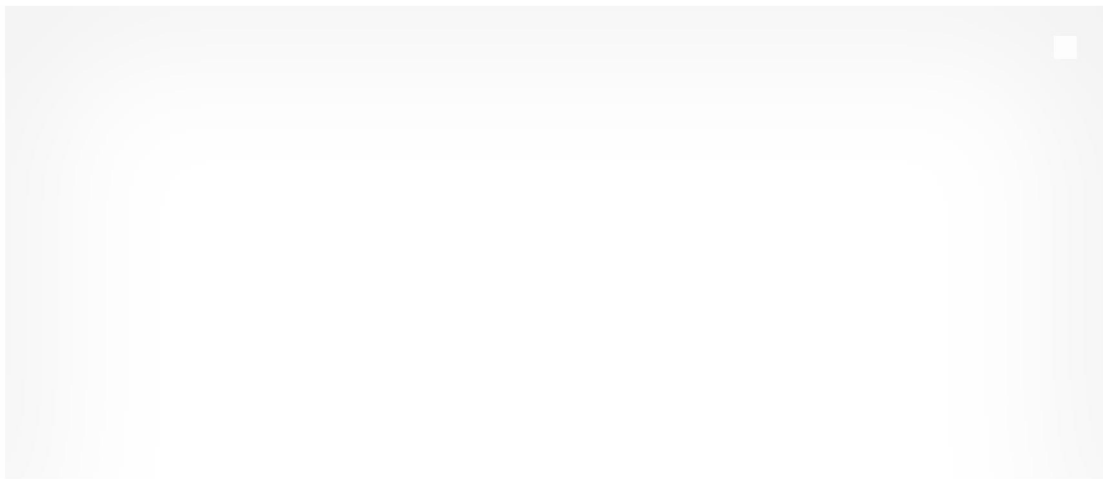
**Por Anaís Fernandes, Malu Delgado e Marta Watanabe** — De São Paulo

12/09/2019 21h00 · Atualizado há 6 horas

---

Com a exoneração de Marcos Cintra da Receita Federal, a perspectiva é que a criação de uma nova CPMF saia de cena, o que gera maior convergência entre as principais propostas de reforma tributária que tramitam no Legislativo e a defendida pelo governo federal. Sem um imposto sobre pagamentos como foco de atenção, o debate tende a centrar na reformulação da tributação sobre consumo, segundo professores das áreas de economia e direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A reforma tributária foi tema de evento no **Valor**.

Márcio Holland, professor da Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), diz que, com a retirada da CPMF “da sala”, a discussão sobre a reforma tributária melhora. “A convergência é muito grande, todos querem o IVA”, diz ele, referindo-se ao Imposto sobre Valor Adicionado, modelo que as principais propostas em andamento de reforma tributária seguem para mudar a atual tributação brasileira sobre consumo. O ministro da Economia, Paulo Guedes, lembra Holland, também tem se manifestado a favor desse modelo, no chamado IVA dual, com uma primeira reunião dos tributos federais PIS e Cofins num regime ao qual se acoplariam, depois, o ICMS dos Estados e o ISS dos municípios.



“A CPMF é um tributo ruim e cumulativo. É um tributo de país de banana. O tributo deve incidir sobre renda, patrimônio ou consumo e a CPMF não se encaixa em nenhuma dessas bases”, diz Eurico de Santi, professor de direito da Escola de Direito de São Paulo (FGV Direito/SP) e diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). O CCiF elaborou estudos que embasaram a PEC 45, em tramitação na Câmara dos Deputados. Essa PEC defende a criação de um imposto no modelo IVA reunindo os federais IPI, PIS, Cofins, além de ICMS e ISS.

Para Holland, seria um erro usar uma nova CPMF para compensar uma desoneração da folha de pagamentos. “Não podemos nos esquecer de um princípio de Adam Smith pelo qual é fundamental que o tributo vincule o contribuinte ao benefício”, diz o economista, citando o principal teórico do liberalismo econômico. A contribuição patronal sobre folha arrecada R\$ 280 bilhões ao ano, destaca. “Para compensar isso seria necessário uma CPMF de 1%.” Uma alíquota de 0,2% renderia, segundo ele, cerca de R\$ 100 bilhões.

Para Marcelo Kfoury, professor da Escola de Economia da FGV, a razão que teria estimulado o debate sobre um ITF (Imposto sobre Transações Financeiras) na equipe econômica é a agonia do governo com o cenário de desemprego e o diagnóstico de que é o custo da folha que impacta a geração de novas vagas. Segundo Kfoury, o efeito mais grave de uma tributação sobre transações é a cumulatividade. “Isso é um desincentivo às cadeias longas, que é uma tendência mundial, e leva à desintermediação financeira.”

A desoneração de folha não gera emprego, avalia Holland. “Estamos preparando um sistema tributário para uma nova economia que não é intensiva nem em capital nem em trabalho. E, quanto mais a indústria tem tecnologia e capital, menos a folha importa.”